



Foto: Vinicius Magalhães

SIQUIRJ participa de mobilização contra o PL que suspende incentivos fiscais

Empresários se mobilizam em audiência pública sobre PL que suspende incentivos fiscais

No dia 22 de junho, o Sistema FIRJAN, com o apoio de entidades, dentre elas o SIQUIRJ, mobilizou mais de 70 empresários do estado do Rio para a audiência pública promovida pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), que discutiu o Projeto de Lei nº 1.431/16. O PL propõe a suspensão de benefícios fiscais a todas as empresas instaladas no estado pelos próximos quatro anos.

Representando a Federação, o presidente do Conselho Empresarial de Assuntos Tributários da FIRJAN, Sergei Lima, fez uma apresentação sobre a importância dos incentivos fiscais para a economia fluminense e como a aprovação do PL pode impactar negativamente o desenvolvimento estadual.

Com a aprovação do projeto, o estado pode perder R\$ 42,6 bilhões em investimentos, segundo estimativas da FIRJAN. Além disso, a suspensão dos benefícios fiscais ameaça os 98 mil empregos criados nos 51 municípios contemplados pela Lei nº 4.533/2005. O incentivo, além de atrair 231 indústrias para o interior do estado, fez com que a arrecadação do ICMS dobrasse entre 2008 e 2013 nessas cidades.

"O incentivo foi fundamental para levarmos desenvolvimento para o interior fluminense. O estado do Rio abre mão de cerca de 10% da arrecadação de ICMS, mas tem outros abrindo mão de 67% da arrecadação. A nossa renúncia de receita está muito abaixo da média nacional. No ranking de competitividade estadual 2015, estamos atrás de todos os estados do sul e do sudeste. Temos que ter atenção com esses dados e entender que, sem os benefícios, vamos encolher nossa economia", destacou Lima.

Ele ressaltou ainda a insegurança jurídica que o PL traz para as empresas já contempladas com benefícios: "Estamos propondo aos deputados que reflitam. Se proibirmos perderemos condições de desenvolvimento".

Marco Capute, secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Rio de Janeiro, destacou que o incentivo fiscal é parte de uma política estratégica para o crescimento estadual. Segundo ele, a concessão de benefícios será fundamental para alavancar setores prioritários nos próximos anos, como a indústria naval, a cadeia de alimentos e bebidas, fármacos e biotecnologia, turismo, entre outros.

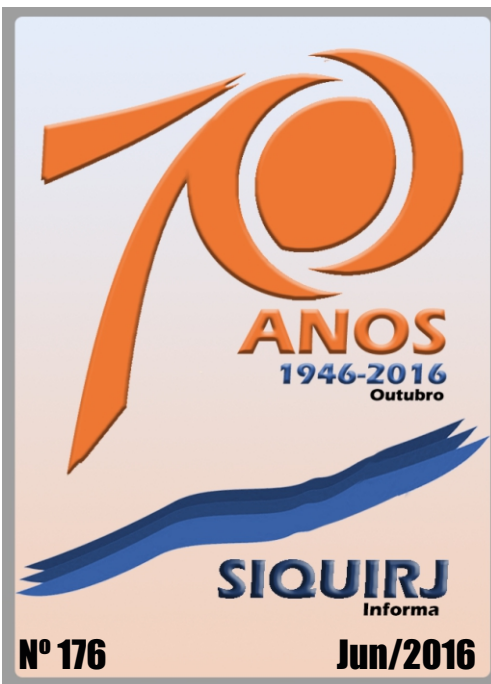
O secretário citou ainda a nota técnica da FIRJAN sobre a política de incentivos, que reforça a importância dos incentivos para o estado: "A premissa de que a concessão de benefícios gera perda de arrecadação não é verdadeira. A visão de renúncia fiscal está sendo distorcida, até porque nem todo benefício implica em renúncia".

João Carlos Gomes, economista da Secretaria de Estado de Fazenda, também se colocou contrário à aprovação do PL. De acordo com ele, os benefícios propiciaram ao estado do Rio de Janeiro tivesse incremento na arrecadação interna superior a outras unidades da Federação entre 2006 e 2013.

O representante do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Jorge Eduardo Salgado, apesar de favorável à aprovação do PL, admitiu que a renúncia fiscal anunciada de R\$138 bilhões entre 2008 e 2013, - estimativa feita pelo próprio órgão - não está correta. "O valor correto, de fato, são os 30 bilhões, baseado no Sistema de Documento de Utilização de Benefícios (DUB)", reconheceu.

O PL nº 1.431/16 não está na pauta de votação da Assembleia no momento.

Fonte: FIRJAN



Editorial

Agenda para o Brasil sair da crise

É importante destacar a iniciativa da ABIQUIM demonstrando confiança ao apoiar as propostas da CNI para recuperar a indústria nacional e o setor químico.

A indústria brasileira é um dos segmentos que mais sofre com a forte recessão que já se prolonga há mais de dois anos na economia brasileira. Segundo o documento divulgado "a indústria foi o primeiro setor a entrar em recessão... sua produção caiu, em média, 20% comparativamente ao ano de 2013. O faturamento se retraiu em mais de 15% e a ociosidade na indústria atinge níveis recordes..." que, no caso da indústria química, está em torno de 80%.

Os desafios são equilibrar o fluxo de caixa e o acesso ao crédito, e no curto prazo, exportar é a principal saída.

A Agenda para o Brasil sair da Crise 2016-2018, apresentada pela CNI, sinaliza a estratégia de colocar o setor industrial dentro das atenções do novo governo, apontando medidas urgentes que não "podem demorar mais do que o tempo suportável para as empresas", a saber:

1. Rever o programa REFIS;
2. Adequar o prazo de pagamento dos tributos federais às práticas comerciais;
3. Regularizar as condições de crédito usando linhas especiais a partir de recursos dos compulsórios bancários e a ampliação do sistema de garantias;
4. Ajustar a alíquota do Reintegra para 3% e criar condições para manter a taxa de câmbio em um patamar que assegure competitividade às exportações;
5. Permitir o acesso das empresas sem CND aos recursos de financiamento às exportações, tendo como garantia o sistema da ABGF, que tem como finalidade, também, a de administrar fundos garantidores e de prestar garantias às operações de riscos diluídos em áreas de grande interesse econômico e social.

Esperamos que a CNI tenha sucesso.

Logística Reversa e Modelo Circular aprimoram gestão e abrem novos mercados para a indústria fluminense

Com a aprovação da lei que estabeleceu o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em 2010, a logística reversa passou a ser um tema de grande relevância para a indústria. De acordo com o Plano, as empresas passam a ter maior responsabilidade pela destinação dos resíduos gerados após o consumo de seus produtos. Além da obrigação legal, esse conceito deve estar nos planos de negócios das indústrias pelos benefícios econômicos, sociais e ambientais que pode criar.

A logística reversa é um incentivo para que os produtos industriais, depois de consumidos e descartados, retornem à cadeia produtiva. Uma das formas de fazer com que os resíduos possam ser reutilizados pela indústria é por meio da reciclagem.

Um dos ganhos gerado pela logística reversa está no valor agregado para as organizações. Ao sustentar uma imagem ambientalmente correta, a empresa tem vantagens competitivas em relação a seus concorrentes.

Esse fluxo logístico é uma das propostas da Economia Circular, que rompe com o conceito linear de extrair, produzir, consumir e descartar. Ao maximizar o tempo de vida útil dos produtos e reduzir os impactos ambientais da produção, esse modelo traz diversas oportunidades e abre novos nichos de mercado. Uma empresa que conseguiu expandir negócios por meio da economia circular é a Michelin, que substituiu parte de seus contratos de comercialização de pneus pela venda de performance.

A companhia desenvolveu a Solução Tonelada Km (TK), na qual oferta o serviço de gestão e reparo de pneus para mineradoras, maximizando sua qualidade e tempo de utilização. Como o pagamento é feito de acordo com a quilometragem do pneu, quanto mais ele produzir, maiores são os ganhos compartilhados entre a Michelin e as mineradoras.

"Identificamos que essa seria uma forma de trazer faturamento para a empresa dentro dessa nova proposta. É interessante para nós que o produto que fabricamos seja utilizado pelo maior tempo possível", explicou Rodrigo Santoro, assessor de Relações Institucionais da Michelin.

Atenta à relevância desse novo modelo econômico, a Prefeitura do Rio de Janeiro já planeja iniciativas para difundir o tema na cidade. A principal é a criação de uma agência de economia circular, ação que está no plano estratégico do Rio Resiliente, programa do Centro de Operações do Rio (COR).

O fórum terá a missão de fomentar a promoção do conceito circular no município. "Com esse projeto queremos incentivar a colaboração intersetorial, ampliar a eficiência dos recursos disponíveis e promover o conceito de compartilhamento", pontuou Pedro Junqueira, chefe-executivo do COR.

O incentivo governamental à economia circular já é uma realidade na Holanda. O país incluiu o tema em todos os mistérios da administração federal e criou uma aceleradora que trabalha com empresas em diferentes assuntos relativos a esse modelo.

Segundo Douwe Jan Joustra, especialista que ajudou na elaboração dos programados governo holandês, o Brasil tem características que aumentam seu potencial para desenvolver essa nova economia: "Há mão de obra e energia em abundância neste país que podem trazer grandes oportunidades. Vocês podem fazer muito melhor do que nós. Economia circular não é sobre sustentabilidade apenas, é sobre gerar negócios".

Fonte: Carta da Indústria nº 726

Comemorações do Dia do Químico

Foram realizadas no dia 17 de junho, na sede do Conselho Regional de Química da 3ª Região - CRQ III, um grupo de palestras como parte das comemorações do Dia do Químico promovidas pela entidade.

Na ocasião, o presidente do SIQUIRJ e do CRQ III, Isaac Plachta, realizou a abertura do evento no auditório José Augusto Bicalho Roque.

O evento contou com a participação dos palestrantes: Sr. Sérgio Besserman, economista, que apresentou o cenário econômico nacional e internacional; Sr. Paulo Coutinho, gerente do Instituto SENAI de Inovação em Biossintéticos, com a palestra sobre químicos a partir de matérias primas renováveis como nova fronteira da indústria química; Sr. Francisco Radler, professor emérito do Instituto de Química da UFRJ, que apresentou o legado dos Jogos Olímpicos para o químico brasileiro.

As comemorações do Dia do Químico prosseguiram no dia seguinte, 18 de junho, com ação realizada em parceria com o Instituto Senai de Inovação - Química Verde no Laboratório de Atividades do Amanhã no Museu do Amanhã.



Demora no reconhecimento de patentes desestimula inovação

O crescimento econômico pautado no desenvolvimento tecnológico só será possível se o país mudar radicalmente o ambiente para quem investe em novos produtos. O principal problema está na baixa eficiência do sistema de proteção às inovações, materializado na demora para reconhecer o direito sobre elas e na insegurança jurídica para quem quer negociá-las.

Entre 1996 e 2015, o número de pedidos passou de 18 mil para 33 mil ao ano. No mesmo período, as concessões anuais caíram de 5 mil para 4 mil anualmente.

Para o presidente do INPI, Luiz Otávio Pimentel, a baixa eficiência está diretamente ligada à falta de profissionais no órgão. "Atualmente, o INPI funciona com 49% de seu quadro efetivo de 1.820 servidores."

O resultado é uma demora de cerca de 11 anos para a análise de uma patente, decorrente de uma fila de mais de 200 mil pedidos para serem avaliados. Em 2015, cada um dos 200 avaliadores do INPI foi responsável por 35 exames. A previsão é que este ano e no próximo, a relação de produtividade do examinador aumente para 45 e 65 análises. Na tentativa de reverter esse quadro, o instituto deu posse, no início deste mês, a 70 novos pesquisadores, que vão ampliar o atual quadro para 263.

Fonte: CNI

SIQUIRJ

Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20030-070
Tel.: (21) 2220-8424
e-mail: siquirj@siquirj.com.br
home page: www.siquirj.com.br

Diretoria Plena - Triênio 2013/2016

Isaac Plachta - Presidente

Antonio Berge Kessedjian
Antonio Emilio Meireles
Carlos Mariani Bittencourt
Carlos Oliveira Cruz
Carlos Roberto da Silva
Celso da Silva Bueno
Ciro Alves
Edson Kleiber de Castilho
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Flavio Costa Abreu
Gilson Luiz Maurity Santos
Lenilson Marcelo Bezerra
Lincoln Rosa
Manoel Moysés Zauberman
Marjorie Arias
Nélio Augusto Manhães Rodrigues
Nicolau Pires Lages
Paul Antoine Maron Gédéon
Roberto Pinho Dias Garcia
Ronaldo Valle Monteiro
Rubens Muniz

(Relação em Ordem Alfabética)